



Como nos impuseram o historiador José Murilo de Carvalho, a pouca assistência "bestializada" a queda do império e a derrota da República. O início de um novo tempo, menos aristocrático, mais justo e civilizado não se consolidou na prática. As tensões sociais, adormecidas de períodos anteriores não foram resolvidas.

O fim da escravidão, a pouca preocupação governamental com os milhares de ex-escravos que agora estavam livres foi (e continua sendo) a pior conduta dos tenentes sociais do país. Para responder a tais tensões, os donos das usinas, trabalhadores urbanos e rurais organizaram movimentos que pudessem responder às suas ansiedades e necessidades.

A luta pela terra e por condições mais dignas de trabalho afetaram camponeses e trabalhadores rurais. O Brasil, no período Vargas, ainda era um país de economia agrária e exportadora. As grandes oligarquias tinham o comando das cidades e valores do país. O problema da distribuição desigual de terras estava posto e gerava tensões crescentes.

Antes, haviam os escravos africanos trabalhando nas grandes plantações. Agora, entraram em cena os trabalhadores rurais, pobres e explorados em sua força de trabalho.

Com a ditadura militar de 1964 os conflitos se intensificaram. A reforma agrária não era prioritária e os ligas camponesas combatidas como inimigas do regime. Violência e morte imperaram no campo. Tais tensões ainda são presentes nos dias atuais, refletidas nos lutas dos movimentos de trabalhadores sem-terra espalhados pelo país.

## Questão 2:

Durante um longo período a historiografia enfocou como principal ponto de análise as relações (de dominação e subordinação) entre metrópole e colônia. Análises semelhantes como as de Cida Prota Junior, na busca pela "sentida da colonização", foram o referencial de estudo. Neste mesmo sentido, o historiador Fernando Novais ampliou e aprofundou a análise de Prota Junior ao estudar o "sistema colonial". Portanto, um dos principais pontos estudados por este ramo da historiografia estava na relação de exploração estabelecida entre metrópole e colônia. No caso específico de Portugal e sua colônia brasileira, como defende Novais, é "parte colonial" sem o símbolo desta relação de exploração.

As análises destes autores (e de tantos outros) que dedicaram sua produção historiográfica ao estudo das relações de dominação foram fundamentais para o entendimento do mundo colonial. No entanto, ao longo do tempo, o debate historiográfico ampliou ainda mais seus horizontes e buscou interpretações mais amplas entre as relações estabelecidas no mundo atlântico. O comércio negreiro, as diferentes partes do globo que se conectaram através das malhas da chamada "império Português" ganharam relevância nas análises.

O historiador britânico Charles R. Boxer foi um dos primeiros a estudar as relações e conexões entre espaços tão diferentes (Brasil, Moçambique, Goa, entre outros) conectados pelo império português. A circulação de "gentes" (escravos, comerciantes, funcionários régios, etc) era a marca fundamental deste mundo atlântico. Os estudos historiográficos, portanto, ampliaram seu foco de análise e, além das relações de exploração e dominação, passaram

a estudos da conexão entre povos, culturas e comércio no mundo atlântico.

A cidade de Rio de Janeiro, por exemplo, foi locus privilegiado para constatar essa complexidade da ordem. Os portos da cidade receberam africanos de diferentes procedências (Mina, Angola, Congo, Guiné, etc.) que durante a transição atlântica e na vivência como escravos na cidade tiveram de se adaptar e construir estratégias.

Autores como Moyniz de Carvalho Soares, Ronaldo Florentino, entre outros, foram responsáveis por estudos sobre o negro e africanos dos séculos atlânticos. Sobre os comerciantes da cidade de Rio de Janeiro temos as análises de João Eugênio que constata os múltiplos caminhos comerciais que atravessam o atlântico e ligam povos tão diversos quanto os negócios (negreiros, de tecidos, diamantes, etc.).

Portanto, a circulação de povos e culturas pode ser considerada a marca dos séculos estabelecidos no mundo atlântico. Ao caber lado a lado a obra de alguns autores (fazendo apenas uma análise sumária) podemos visualizar com clareza essa circulação cultural presente na Império Ultramarino Português.

Paul E. Saracaya, historiador africanista, demonstra em sua obra a vida e a vivência de homens e mulheres no território africano. Tratando-se da chamada "Costa da Mina" revela as guerras internas que alimentaram o tráfico de escravos. O Reino de Domete, no século XVIII, estava em guerra de expansão territorial. Neste período, entrou em conflito com os povos "Mokri". Este conflito resultou no aprisionamento de centenas de homens e mulheres "Mokri" que foram enviados aos compradores e foram nos navios do tráfico atlântico de escravos. A obra da historiadora brasileira Moyniz

de Ignácio Soares acompanha como três escravos oriundos das guerras africanas chegaram e se estabeleceram no Brasil. A historiadora conta a trajetória de Ignácio Gonçalves da Mante, escravo "Maki" que chegou ao Rio de Janeiro e, construindo uma série de estratégias, conseguiu sua alforria, conquistou um ofício (de "babeia e sangador"), tornou-se capitão de um Terço militar, membro de uma "Comandante de homens pretos livres" e ficou conhecido como "Rei dos Makis" no cativeiro do Rio de Janeiro.

As colocações apenas estas dos autores dão a luz para estabelecer um panorama sobre como os relações atlânticas se doavam no Império Português. Optei deliberadamente por falar da trajetória de vida de um ex-escravo africano, pois fica evidente (através de um sujeito histórico submetido às relações de dominação e exploração) como a circulação atlântica podia se estabelecer.

Portanto, as relações sociais, políticas e culturais no Império Ultramarino Português são amplas, complexas e repletas de camadas que passam pela relação de exploração e a circulação cultural e de pessoas no atlântico escravista. Assim, podemos concluir que estamos lidando com um mundo atlântico amplo, complexo e altamente conectado.

Questão 3:

Uma forma de abordar, em termos de educação básica, a cultura e os movimentos sociais no Brasil, é através da utilização de fontes jornalísticas.

O período do golpe militar de 1964 é perfeito para efetuar uma análise dos jornais de época, onde fica clara a crise dos meios jornalísticos da época.



do golpe militar. O uso de fontes jornalísticas da época do golpe serve também como estratégia didática para mostrar aos alunos o direcionamento de opinião que cada órgão de imprensa possui. A aula demonstraria como os grandes grupos de imprensa responsáveis pela imprensa escrita atacam determinados setores da sociedade em detrimento de outros. Neste tópico poderíamos discutir em sala a "isenção" jornalística da período de 64 e nos próprios dias de hoje.

Feita a análise dos jornais poderíamos introduzir em sala de aula a discussão sobre a resistência ao golpe de 1964 por grupos políticos e de estudantes envolvidos no combate a ditadura militar.

Outro tema possível de ser abordado nos temas de educação básica seria o Estado Novo de Vargas. A utilização de discursos, imagens e vídeos de notícias de época poderiam ser utilizados para estudar as estratégias do departamento de propaganda do governo para difundir a imagem de "pai dos pobres" de Vargas. Neste tópico poderíamos discutir também como os movimentos sindicais estavam presos ao governo e analisar, de que ponto, esta direcionamento ajuda ou prejudica a luta sindical.